

# QV e democracia



Introdução: ~~Não sei se se lembram~~

• Há dias ouvi o Ed.L. dizer  
q̄ "temos de nos pensar a partir  
do mundo".

Essa afirmação veio dar força e  
maior legitimidade à minha convicção  
de que só abarcando o que se passa  
no mundo podemos encontrar caminhos  
para a realidade concreta em q̄ vivemos.

~~("Micha aldeia é todo o mundo.")~~

2  
• Também durante este fim-de-semana  
ouvi e conversei longamente <sup>com</sup> um gde teólogo,

o Prof. Hans Kung

cujas preocupações <sup>+ fúteis</sup> ~~fundament~~

é a necessidade de uma ética global  
para este tempo de globalizaç  
ão é o nosso.



Estes momentos iluminados pelo fúese-  
mento de duas pessoas

q̄ têm levado longe  
um, o aprofundamento de quem somos  
nós, aqui, <sup>em Portugal</sup> portugueses,  
& o outro, o esboço das novas condições  
do mundo

— estes momentos são de tal modo  
coincidentes q̄ a encruzilhada das  
minhas ~~ideias~~ q̄ o q̄ desejo confiar-me  
este noite é o q̄ considero fundamental  
hoje p.º Portugal e p.º o mundo. São, pois,  
as minhas ~~concepções~~ algumas convicções q̄ vou partilhar convosco.

1.ª conclusão: A democracia hoje  
só pode responder às exigências q  
o seu ideal impõe  
e assegurar um novo contrato social.



Os apelos têm sido constantes e aos níveis  
+ elevados do pensamento.  
e das instituições internacionais  
para q se forge um novo contrato social.

Hoje, a rapidez com q os agentes econó-  
micos e financeiros aproveitam a  
globalizaç e dos meios de comunicação +  
torne esse contrato cada vez + urgente.

É dele q falamos q.º dizemos q o  
mercado precisa de funções reguladoras  
do Estado.

É a ele q nos referimos (H. q.º exigido  
q as ars. e ONGs sejam considerados  
pessoas colectivas de utilidade pública.

É dele ainda q esperamos uma nova  
organizaç do poder político a todos os  
níveis do Estado.

Tudo isto impõe ... ①

4

Nos anos 80, logo a seguir à minha  
passagem pela chefia do Governo,  
andei, com muitas pessoas que aqui estão,  
a tentar "aprofundar a democracia".

Tratava-se então de levar + longe  
a democracia representativa.

Mas onde estão hoje os representantes do povo,  
os meus, os seus, os vossos representantes?

Hoje, + do que nunca,

é preciso gente que fale a partir da sua  
consciência,

Fundação Cuidar o Futuro



de sua análise das coisas  
~~e não~~ sem se cingir única-  
mente à linha oficial do partido,  
gente que fale a partir da sua  
capacidade criadora, alimentada  
pelo pensamento contemporâneo  
e que possa deixar livre a sua  
imaginação para propor novos  
caminhos.



Mas trata-se de e sobretudo de tornar  
 visíveis os grupos sociais,  
 de facultar a cada pessoa os instrumentos  
 para ser ~~visível~~ audível,  
 para se pronunciar sobre as questões  
 q̄ dizem respeito ao seu bem estar  
 ou às causas sociais q̄ quer defender  
 p̄ bem de todos.

(Ananya Sen: "well-being" e "agency")

Fundação Cuidar o Futuro

Se o diálogo ao nível do Estado é institucional  
 são estabutos equivalentes q̄ reúnem  
 à volta da mesa os negociadores.  
 No momento em que o guerrilheiro depo  
 as armas e se senta à mesa dos nego-  
 ciadores é uma responsabilidade  
 q̄ o liga aos representantes do poder.  
 Como há tornar esse diálogo e esse  
negociação extensíveis a todos os grupos  
sociais, de modo q̄ se formem verdadeiros  
laços sociais?

2ª conclusão - O primeiro de todos os 63  
valores é a <sup>respeito pela</sup> vida e a dignidade <sup>pel</sup>  
humana que ela exige para ser  
vida ~~digna~~ <sup>capaz de ser</sup> digna de ser vida.



A vida, o respeito pela vida - em todas as suas formas,

em todas as suas manifestações.

Recordo <sup>que lia com entusiasmo</sup> ~~as~~ <sup>o pensamento q. de maneira estudiosa me tocava</sup> as palavras de Einstein:

"Sinto a mais forte emoção diante do mistério da vida.

Este sentimento fureta o belo e o verdadeiro,  
busca a arte e a ciência.

Se alguém não conhece esta sensação  
ou não <sup>pode</sup> já experimentar ~~desta~~ espanto  
e surpresa,

é um morto-vivo e os seus olhos  
tornaram-se cegos.

(...) Não me canso de contemplar  
o mistério da eternidade da vida.

E tenho a intuição da construção extraordinária  
que é o ser vivo."

74

Apetecia - me releer estas palavras,  
em contraste, saboreá-las,  
tendo como pano de fundo o q̄ hoje  
podemos imaginar melhor,  
de tanto nos termos concentrado  
nas imagens q̄ durante as últimas  
semanas nos vieram de Timor:

mil e trezentos milhões abaixo do nível  
de subsistência

" " " " s/ cuidados de  
saúde  
" ~~noventa e cinco~~ " s/ hábitos  
decent

(i.e. uma em cada três pessoas  
deste planeta)

Fundação Cuidar o Futuro

Que distância enorme entre a essência  
das coisas e a existência concreta  
da humanidade!

Dissemos tantas vezes q̄, <sup>no passado:</sup> sup. <sup>to</sup> houvesse  
um ~~ser~~ ser humano q̄ não era livre,  
nenhum de nós era livre.

Hoje, ao olharmos a violação do  
respeito pela vida e a dignidade humana,  
como podemos nós pensar q̄ ~~tenha~~  
q̄ usufruímos de uma vida digna?





IX Nos vários momentos em  
que neste ano falei dos 25 anos  
do 25 de Abril,



preocupou-me sobretudo  
um objectivo: dizer em  
voz baixa e audível  
que estes 25 anos trouxeram  
um novo panorama do  
mundo

e que é uma nova conjuntura

que há que encontrar um  
horizonte político

adequada capaz de libertar  
todas as pessoas <sup>exceto</sup> da terrível  
crueldade

e mera sobrevivência.

Como é possível ser cidadão consciente, <sup>95</sup>  
quando, ao nosso lado, na nossa sociedade,  
a dignidade humana é esquecida?

A defesa dos direitos h (de g plei  
adiante) não tem força  
e não for, antes de tudo o mais  
a defesa arrojada da dignidade de todos.



E daí extrair todas as consequências.

• A primeira <sup>consequência</sup> diz respeito à eliminação da pobreza.

⊕ Nos últimos anos tem-se <sup>propósito</sup> ~~placado~~ <sup>to</sup> ~~em~~  
estratégias nacionais específicas  
de erradicação da pobreza.

Se a dignidade ~~for~~ humana é um  
ideal q faz sentido, não podemos pôr  
a erradicação da pobreza em prato de balança  
e no outro ~~a melhoria gradual~~  
o equilíbrio orçamental.

Precisamos no mundo urgente de econo-  
mistas q ~~se~~ ajudem os governantes  
a resolver esta aparente impossibilidade.  
e de activistas q estimulem a sociedade  
civil, q ~~se~~ estimulem a <sup>os q tudo têm</sup> ~~compreender~~  
q o consumo não é o objectivo último,  
q se pode viver melhor e/ou menos.

Outra consequência:

Neste fim de século (e de milénio), 27<sup>10</sup>  
~~po~~ vejo a dignidade humana reconhecida  
e respeitada

Não só no esforço para que lhe não seja  
roubada a base material de subsistência  
em todas as sociedades,

na hora sociedade,

mas também no fortalecimento da

seu capacidade de saber.



Se podemos definir o ser humano  
pela sua capacidade de representar simbólica,  
há q fornecer <sup>lhe</sup> os instrumentos necessários.

Por isso a ~~educação~~ <sup>organização do saber</sup> base é uma questão  
de currículo, de transformar as escolas ou as  
Universidades em empresas,

A educação numa sociedade tem de ser  
entendida como uma gama de actividades  
de aprendizagem e reflexão q percorrem todas  
as etapas da vida e não apenas  
entendida p=1 grupo etário.

Não há m.<sup>te</sup> que entre as crianças e inucensos escolar e os adultos que se deleitam e programas ~~mediato~~ com que conteúdo cultural ou de distração audível.

Calcula-se que em 2015 haverá no mundo cerca de 1.500 milhões de crianças ou adultos analfabetos que não frequentaram a escola ou que se tornaram analfabetos funcionais.

• A rapidez galopante de utilização de meios de informação traz uma nova concepção do funcionamento do sistema educativo:



2) - informação pode ser obtida pelas pessoas (ou adultos) em processo de aprendizagem através de meios audio-visuais

4) - a ênfase pessoal dessa informação será feita por um novo tipo de professores, a que chamo verdadeiros mestres, capazes de tornar o processo cognitivo um prazer e um estímulo

3) - a elaboração de novos programas audio-visuais que os quais devem ser chamados os peritos criativos

1) <sup>capitalizar</sup> ~~partir~~ dos conhecimentos do ~~meu~~ ambiente social e do media da actualidade para a elaboração de saberes sistemáticos e partir do mundo de hoje, tal como é percebido, sentido, reflectido  
 p.º uma aprendizagem adequada a cada fase da vida.



Uma terceira consequência do primado da dignidade humana:

— a obrigação q̄ cabe a todos nós de deixarmos <sup>Fundação Cuidar o Futuro</sup> ~~o~~ planeta em q̄ seja possível

liver: Conf. Rio 92 — chegar a 2000  
 c/ os níveis de 1990

Conf. Kyoto 97 — alargar a meta  
 h.º 2008 a 2010

entretanto: já em 97 os EUA  
ficam atrás do 87º

— e aqui?  
 Urge ~~criar~~ ~~forças~~ utilizar energias alternativas:

prioridade absoluta a rede de transportes públicos q̄ reduza a emissão dos gases c/ efeito de estufa.  
Gerações futuras

## 2º conceito:

• Para termos fiéis a dignidade humana  
q̄ é invocada na Decl. Univ. dos dir. do h̄  
há q̄ ter como foco

de toda a act. na sociedade  
e, em particular, a act. política,  
a Qualidade de Vida de todas <sup>em cada uma</sup> as pessoas  
q̄ compõem a sociedade.

É um conceito novo,

uma expressão q̄, fazendo parte, p. ex.,  
do vocabulário médico,  
adquiriu est. tuto de categoria política.

Fundação Cuidar o Futuro

• Mas para quê usar outra expressão?

- usámos e às vezes é ainda conveniente  
usar  
a palavra deseenvolvimento

- ora da tornou-se sinónimo de  
crescimento económico.

(X)

Por que turno o crescimento económico  
fazou a ser a metz cega do mercado.

Mas as médias dos indicadores económicos  
tradicionais (as só médias,  
as têm valor real ficado um dos  
membros da sociedade.

A qualidade de vida ~~tem sido~~ 14 11  
é ao mm tempo, uma realidade objectiva  
e " " "subjectiva.

~~A nível objectivo, pode ser determinada~~  
~~por indicadores,~~

~~mas a m/posição é q da assente na~~  
~~resposta dada pelas instituições aos direitos~~  
~~fundamentais das pessoas.~~

A nível subjectivo, a QV varia imenso:  
o q torna um feliz seria um absurdo p  
outro; o q é sentido como bom numa  
zona do mundo ou numa região ~~é bem~~  
pode não ser bem acolhido noutra região.

O nível objectivo pretende ser uma  
garantia de operacionalidade do conceito  
de QV, p: além dos limites da subjectividade  
e do relativismo cultural,

de modo a poder ser usada  
pelos governos p: definir políticas  
e pelos cidadãos p: exigir e controlar  
a act dos governantes.



Uma salvaguarda:

- Abaixo de certos níveis quantificáveis, <sup>não se pode</sup> falar em QV (Pinto <sup>leu</sup>)
- QV acima dos mínimos aceitáveis

∴ há "quantidades" q ~~minimam~~ a QV,  
 q ~~destruem~~, <sup>que não permitem</sup> falar em QV  
 e q ∴ violam a dignidade humana

- Há quantidades excessivas q ~~minimam~~  
 e destroem a QV

(tráfico em Londres)

Fundação Cuidar o Futuro





- Interdependência e indissociabilidade dos direitos

(Só o Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos comporta implementos e sanções através da Comissão dos Direitos do Homem)

- Os direitos (p. 95) são, por natureza, favoráveis aos q̄ hoje são excluídos
- Direitos como base p.ª alianças na soc. civil

- O q̄ são direitos mínimos? (p. 97)



- As normas mínimas de QV são negociáveis. →

~~Este~~ princípio é claro e a Org. Mundial de Saúde no seu domínio próprio, já o formulou: 17 ~~13A~~

"dizer q a saúde é um direito significa que os níveis mínimos de cuidados de saúde p: cada pessoa nao p:ad negociáveis. Nao podem ser refutados pela racionalidade económica nem por q: outra razão."

— "Auditoria de QV" — Provedor da QV

— Metas e calendários Cuidar o Futuro



— Reforma das contas nacionais

- a economia ã monetariz conta com, pelo mo3 tantas horas de trabalho, como toda a agricultura / indústria / comércio / serviços <sup>obscuros</sup> no seu conjunto. (30 a 50 % do PIB)

→ "em o q: estã ausente das contas nacionais, R. estã ausente nos programas políticos"

4.º Conceito - A QV e a democracia ~~em~~  
~~formas capazes~~ só podem tornar-se em  
objetivos capazes de dar a felicidade  
ao povo se em todas as instâncias  
se instaurar uma usad ética de todos  
os actos.



---

No falar de ética ~~em~~ estoa a falar  
de boas intenções  
nem sequer daquela espécie  
de discurso incantatório  
q<sup>ue</sup> ~~podem~~<sup>julpa</sup> trazer uma aura de bondade  
a ~~q<sup>ue</sup> se propõem~~ e uma ~~aura~~ de  
assentimento  
a m.<sup>lt</sup> discursos políticos.



A ética como "sal e pimenta" do q<sup>ue</sup> viola  
a dignidade humana e m.<sup>lt</sup> vezes atraiçoa  
a q<sup>ue</sup> QV é um travesti de ética.

O q̄ refiro aqui,  
como expressões das gdes correntes filosóficas  
dos últimos 20 anos,  
é a ética do cuidado  
ou, em outros termos, o princípio  
responsabilidade.



Fundação Cuidar o Futuro

A ética do cuidado... Onde vem uma 20  
palavra aparentemente tão comum?

Deixem-me contar uma velha história de  
velha civilização latina...

Cura molda o ser a partir de Terra.

Júpiter insufla o espírito.

Mas os 3 não se estendem p. l. do nome.  
Chamam Saturno, o deus do tr.

E Saturno decide:

Vindo da Terra, do homem, o novo ser será  
Homo

Júpiter é quem dá o espírito

recebe-lo - é quem dá o mover

Como foi cura quem moldou

o homem pertence a Cura

eug. to viver.

Entre outros, Heidegger vai buscar este mito  
e fda na nova antropologia que o ser  
humano é humano na medida em que for pensado  
na sua existência, por Cura, o cuidado.

A uma perspectiva filosófica está presente

em Michel Foucault

Hans Jonas

Levinas

Paul Ricoeur



Ser humano como ser-de-cuidado

- preocupar-se com --

- prestar atençao a --

∴ este ligamto ao mundo,  
as pessoas e coisas à volta  
ao ambiente físico e social

Pq o cuidado possa permeiar o a do politico, de  
de estar presente em todos os sectores!

- família

- comunidade

- grupo de amigos

- organizações de serviço

- escolas

- instituições de saúde e de lazer

Fundação Cuidar o Futuro



Um ser-de-cuidado

é, pela atemp e pela disponibilidade de  
um ser, q é resposta permanente  
ao q ouve de feito de ajuda do outros.



É no princípio d resp. q garantia, origem de  
liberdade, como consequência, o direito do  
homem.

Declaração Universal dos Resp. Humanas

— No sábado, o teólogo Hans King, 23  
numa conf. sobre a ética global no  
sejo da globalização, ilustra no condicional  
q tem as suas raízes q, a expressão da responsabilidade.

Estou a citar aqui uma frase de Mahatma Gandhi  
q já tivemos est. introduz:

"O rio Ganges dos direitos  
nasce nos montes Himalayas das  
responsabilidades."

Pois é em o meu afeto,  
mas hesitamos e subir "o Himalaya  
de responsabilidades."

Fundação Cuidar o Futuro







**SOCIEDADE**

Estudo sobre as emissões nacionais de gases com efeito de estufa demonstra que Portugal irá violar o protocolo de Quioto

# Dióxido de carbono dispara

Ana Fernandes

Portugal está a emitir mais gases com efeito de estufa do que deveria para cumprir o protocolo de Quioto. Daqui a dez anos, o país podia estar a libertar para a atmosfera mais 40 por cento de dióxido de carbono que em 1990 mas, no limiar do século, já se situa nos 34 por cento, devendo chegar a 2010 com 62 por cento. O primeiro levantamento exaustivo da situação nacional está pronto. E não é animador.



O aumento do número de carros particulares em Portugal é um dos grandes responsáveis pelo acréscimo das emissões poluentes

As emissões nacionais de dióxido de carbono — um dos gases responsáveis pelo efeito de estufa — já estão perto do que estava previsto para 2010. O polémico aumento de 40 por cento, negociado para a Conferência de Quioto, vai ser largamente ultrapassado. E a grande culpa é dos transportes. São estas as principais conclusões do trabalho "Gases com efeito de estufa, emissões e medidas de redução", da responsabilidade da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, que é hoje apresentado na Direcção-Geral do Ambiente.

Na Conferência sobre as Alterações Climáticas que decorreu em Dezembro de 1997 em Quioto, no Japão, Portugal esteve no centro das atenções por ter negociado, no seio da União Europeia, um aumento de 40 por cento das suas emissões quando a todos era exigida uma redução. O atraso económico do país justificava, segundo o Governo, esta percentagem a atingir em 2010. Acontece que, a uma década de distância, o país já está a emitir mais 34 por cento do que em 1990, devendo atingir os 62 por cento nessa data.

O estudo, realizado pelo Grupo de Análise de Sistemas Ambientais da Universidade Nova com o apoio do Ministério do Ambiente, fez um levantamento exaustivo das principais fontes de emissão de gases com efeito de estufa e propõe medidas para tentar reduzir este brutal aumento. E se, em relação a alguns gases, Portugal conseguirá, em princípio, cumprir o protocolo de Quioto — caso do metano —,

noutros, como o dióxido de carbono, as metas serão violadas. Constatando todas as alterações nas emissões, chega-se ao Potencial de Aquecimento Global. Até 2010, Portugal não poderia exceder os 27 por cento de aumento em relação ao que era emitido em 1990. Agora sabe-se que este número se situará quase no dobro: 49 por cento.

## Transportes, o grande poluidor

Entre os sete sectores analisados pela equipa coordenada por Júlia Seixas — agricultura,

florestas, resíduos, processos industriais, residências e serviços, transportes e combustão — é notória a importância dos transportes para este desequilíbrio. Até 2010, haverá um aumento de 88 por cento das emissões de dióxido de carbono. E entre todos os modos, são os transportes rodoviários os principais responsáveis — 77 por cento.

Este sector é ainda responsável pela emissão de mais dois gases: o metano e o óxido nítrico, contribuindo para aumentos de 19 e 377 por cento, respectivamente, das emissões nacionais.

Para se dar um ideia do problema causado pelos carros particulares, os autores do estudo fa-

zem um conta simples: por cada quilómetro percorrido, um ligeiro emite, na cidade, 168 gramas de dióxido de carbono, enquanto um autocarro emite 32 gramas. Sabendo-se que se prevê um aumento de 54 por cento, de 1990 a 2010, do número de veículos particulares em Portugal, o problema só tem tendência para se agravar.

O segundo sector mais importante para este cenário é o doméstico e de serviços, onde se prevê, também, importantes aumentos (87 por cento das emissões de dióxido de carbono). Os números indicam um aumento do conforto — aquecimento, arrefecimento, uso de água quente

e de energia —, o que provocará acréscimos nas emissões de dióxido de carbono, metano e óxido nítrico. Um problema que poderia ser minorado se os edifícios fossem construídos tendo em conta a sua eficiência energética.

A indústria é também uma das principais fontes poluentes, prevendo-se um aumento de 30 por cento do potencial de aquecimento global em relação aos processos de combustão e 54 por cento no que diz respeito à produção. Entre as várias empresas, são os sectores da pasta e do papel e do vidro e cerâmica que mais contribuem, por causa dos seus processos de combustão, para estes valores.

Quanto aos resíduos, embora aumente a produção de metano, as emissões de dióxido de carbono diminuem. "Em 1990 tínhamos muitas lixeiras a arder, produzindo dióxido de carbono mas como estas estão a ser encerradas, o problema desaparece, sendo substituído pelo metano, produzido nos aterros", explicou Francisco Ferreira, um dos membros da equipa. Os incineradores foram incluídos no sector da energia.

As emissões da agricultura e pecuária, que são, sobretudo, de metano e óxido nítrico, têm vindo a diminuir. "A pecuária tem vindo a reduzir e essa tendência deve manter-se", disse a coordenadora da equipa, Júlia Seixas.

Um dos exercícios mais inéditos deste estudo foi a avaliação dos sumidouros. As florestas são fonte de dióxido de carbono quando cortadas mas, em pé, absorvem este gás. São, por isso, o único contributo positivo nestas contas das emissões.

Segundo dados da Direcção-Geral de Florestas, haverá um aumento de 17

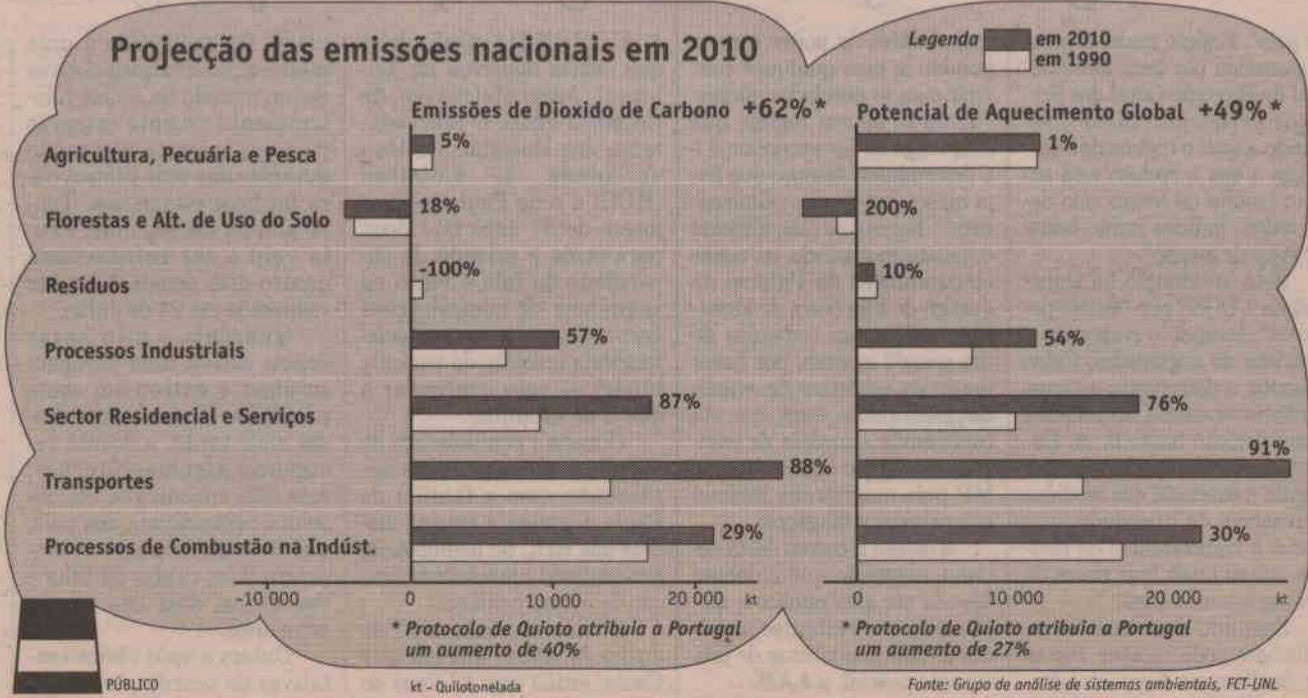
por cento, entre 1990 e 2010, da área plantada, o que implica uma um acréscimo de 18 por cento da capacidade nacional de reter dióxido de carbono. Entre as várias espécies, são as folhosas, entre as quais os carvalhos, os maiores sumidouros.

## As soluções

A equipa não se limitou a descrever o problema, apresentando algumas medidas que fossem economicamente viáveis para reduzir as emissões. No que diz respeito aos resíduos, propõe-se desviar 20 por cento do lixo urbano para compostagem após 2002 e queimar o biogás (metano) nos aterros sanitários.

Também no sector da agricultura, defende-se a introdução de queimadores de biogás com aproveitamento energético. A sensibilização das empresas transportadoras e dos condutores individuais é a fundamental para diminuir a importância dos transportes neste problema. A introdução do biodiesel e do etanol em 2005 e a promoção da intermodalidade na Área Metropolitana de Lisboa são outras soluções possíveis.

Tecnologias que permitam uma maior eficiência energética da indústria transformadora, a aposta no isolamento térmico dos edifícios, o uso de energia solar para os aquecimentos, a substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas, podem também reduzir as emissões. O aumento da área de floresta seria também essencial. ■



# Inspecção Económica acusada de paralisação Defendida agência de segurança alimentar

"SE O CONSUMIDOR soubesse em que consiste hoje a actividade fiscalizadora da Inspecção-Geral das Actividades Económicas (IGAE) ficaria muito preocupado", afirmou ontem Lacerda Franco, presidente da direcção do Sindicato dos Funcionários da Inspecção Económica (SFIE), numa conferência de imprensa, em Lisboa, em que foram feitas duras críticas à actuação do actual responsável máximo daquele organismo, Mendes Lopes.

O encontro com os órgãos de informação foi promovido pela Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) e pelo SFIE para dar conta da paralisação dos órgãos de polícia económica que, segundo aquelas estruturas, ameaça a saúde pública nos domínios da qualidade, higiene e segurança alimentar.

Todavia, as acusações à gestão do actual inspector-geral das actividades económicas dominaram o essencial da conferência de imprensa. "A acção da IGAE está num impasse", afirmou Lacerda Franco, que criticou o modelo de funcionamento ("é desastroso", disse) posto em prática por Mendes Lopes desde que assumiu o cargo em Abril do ano passado.

Para isso contribuiu o facto de toda a acção da IGAE ser desenvolvida de acordo com um mapa anual que, na prática, exclui a possibilidade de realização de actividades fiscalizadoras por iniciativa própria das delegações distri-

tais daquele organismo.

Não há ordens de serviço que provem esta orientação, mas ela é comunicada verbalmente aos responsáveis distritais nas reuniões, explicou Lacerda Franco.

As críticas subiram de tom quando o inspector-geral foi acusado de, em casos que o SFIE teve conhecimento, terem sido previamente informados os agentes económicos que iam ser objecto de fiscalização.

## Crime de especulação

E o presidente do sindicato declarou poder provar que, pelo menos num caso, uma denúncia de crime de especulação apresentada por escrito por um particular foi fotocopiada e enviada para o agente económico visado. Estas e outras "irregularidades", que não foram divulgadas, constam de uma exposição enviada à Procuradoria-Geral da República em que é solicitada uma apreciação do comportamento do inspector-geral da IGAE.

No entender do SFIE, essa actuação configura uma "moldura penal" que tem como fundamento a não-promoção ou a negação de justiça por parte de funcionários administrativos superiores do Estado.

Foi lembrado que a IGAE é o único órgão de polícia criminal da administração pública neste sector, mas que a sua actuação na repressão das infracções antieconómi-

cas "perdeu totalmente a eficácia do passado" e que, por isso, "a saúde dos consumidores está em risco", acrescentou Lacerda Franco. Para o demonstrar, referiu-se o facto de o pessoal de inspecção estar reduzido a 232 dos 358 lugares previstos na lei orgânica da IGAE, enquanto o número de inspectores superiores ser de apenas 18 num total de 57 previstos.

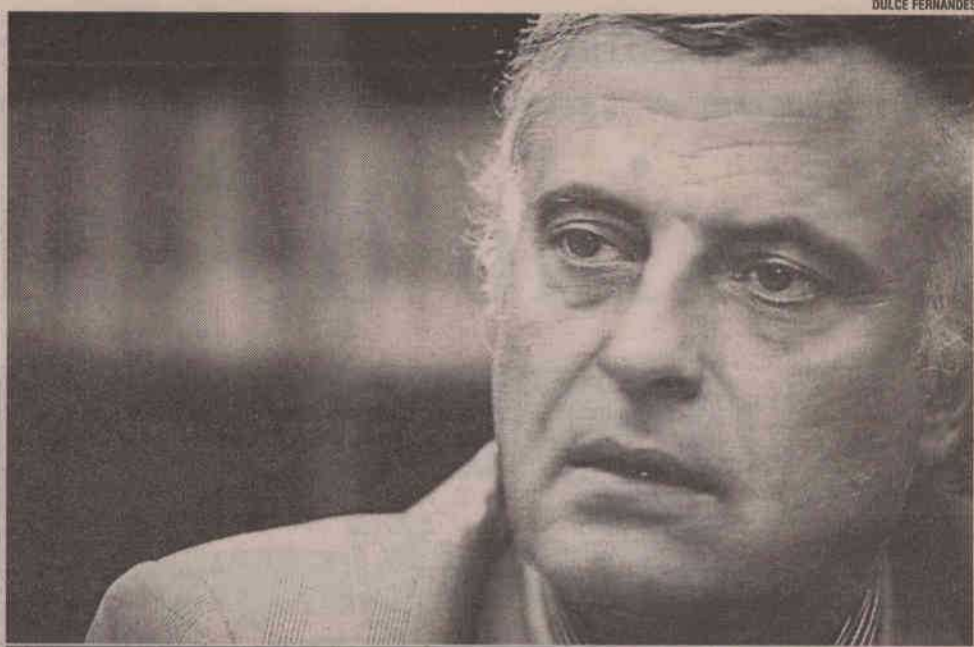
## Inspector não comenta

O PÚBLICO procurou ouvir o inspector-geral das actividades económicas, mas o gabinete de imprensa do Ministério da Economia informou que a direcção da IGAE não quer comentar as acusações que lhe são feitas.

O impasse a que chegou a acção deste último organismo é, na opinião da APDC e do sindicato, um mero exemplo da "inoperância das estruturas da administração pública" no âmbito da qualidade, eficácia e segurança alimentar.

E avançam com as suas próprias propostas para ultrapassar a situação, de onde se destaca a criação de uma agência de segurança alimentar — financiada pelo Estado mas independente deste — com funções fiscalizadoras da fileira alimentar, desde a produção ao consumo, e que congregue funções distribuídas por outras estruturas. ■

Carlos Pessoa



Germano de Sousa encabeça a contestação ao veto de Jorge Sampaio

## Protestos contra veto ao diploma do acto médico

# Clínicos ameaçam parar

OS MÉDICOS ameaçam parar uma hora depois das eleições de Outubro manifestando o seu "repúdio" pelo veto presidencial ao diploma do acto médico. Os enfermeiros, por seu lado, agradecem "o bom senso" de Jorge Sampaio.

O Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos (OM) reuniu-se ontem à noite para analisar o veto ao decreto-lei e decidir formas de protesto. Em uma paralisação simbólica, a classe discutiu a elaboração de um comunicado de esclarecimento aos clínicos mostrando o seu "repúdio pela decisão" e a hipótese de, pela primeira vez na história, o presidente da República, Jorge Sampaio, para presidir o Congresso Nacional de Medicina.

Até ao fecho desta edição nenhuma decisão tinha ainda sido tomada. Mas as medidas que saírem do encontro serão hoje votadas no plenário dos Conselhos Regionais do organismo.

O decreto-lei, vetado por Sampaio na semana passada, estabelece que os actos médicos podem apenas ser praticados por inscritos na OM. O documento provocou uma onda de protestos junto dos profissionais de medicina alternativas para quem o a lei aniquilaria o sector por empurrar para a ilegalidade grande parte dos seus 14 mil praticantes.

Na sua decisão, Jorge Sampaio considerou o decreto-lei "objectivamente susceptível de gerar conflitualidade, incerteza e insegurança jurídicas" e ser "aconselhável" que a Assembleia da República sobre ele se pronuncie. E, apesar de não fazer qualquer menção às medicina alternativas, lembra estar em causa a necessidade de compatibilizar interesses públicos como a liberdade de escolha e o exercício da profissão.

Apanhada de surpresa pelo veto presidencial, a OM diz que

não compreende a decisão mas não baixará os braços. "O documento insere-se na clarificação das profissões da saúde e na melhoria da qualidade dos cuidados. Os partidos conheciam o decreto-lei e ninguém levantou objecções", diz Germano de Sousa. "Esta é uma decisão política. E como tal podemos contestá-la", concluiu.

Contrariamente, os enfermeiros congratularam-se com a não promulgação do diploma. Em comunicado, a *bastonária da classe*, Mariana Dinis de Sousa, considera que o decreto-lei do acto médico "contém disposições que, no dia a dia dos serviços de saúde, gerariam conflitualidade entre os profissionais, o que em nada favorece a prestação de cuidados de saúde". Perante um diploma polémico, Jorge Sampaio respondeu com "bom senso" e com o respeito pela autonomia dos vários grupos profissionais, conclui. ■ J.F.C.

## Defesa queixa-se aos órgãos de soberania

# Turco acusado de tráfico em regime de segurança

NUMA carta aberta aos órgãos de soberania, Fernando Moura, advogado de Muammer Kilicoglu, que vai ser julgado no Tribunal de Famacção por presumível envolvimento no tráfico de heroína, denuncia supostos maus tratos e ultrajes de que será alvo este cidadão turco. Detido há 16 meses pela Polícia Judiciária, numa operação de que resultaram mais três detenções e a apreensão de dois quilos de heroína, Muammer está sujeito, há três meses, a um regime especial de segurança.

A situação motiva versões contraditórias, uma vez que aquele causídico alega que Kilicoglu é "vítima da arrogância de um aparelho judicial muito democrático na casca, mas com laivos fascizantes, infelizmente ainda existentes no nos-

so país". Posição muito diversa é assumida por uma fonte oficial da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), segundo a qual o regime de segurança a que o recluso está sujeito resulta de terem sido detectados "indícios muito fortes de risco de evasão".

Esta informação foi transmitida à DGSP por "fontes policiais", levando o responsável máximo do organismo, Celso Manata, a determinar a transferência imediata do recluso. Uma decisão baseada no Decreto-Lei 265/79, diploma que regula a execução das medidas privativas de liberdade, que prevê a transferência de detidos sob os quais haja riscos de protagonizarem fuga.

Segundo a mesma fonte, Kilicoglu pode receber visitas de familiares e dos seus advo-

gados, além de poder corresponder-se sem qualquer controlo com as entidades oficiais. "Trata-se de um regime que está longe de ser excepcional e é determinado sempre que haja razões fortes que o determinem". Registe-se que, durante o debate instrutório, as zonas circundantes do Palácio da Justiça de Vila Nova de Famacção estiveram rodeadas de um grande aparato, por haver receio de tentativa de evasão daquele cidadão turco, que viu confirmada a medida de coacção e o libelo acusatório do MP pela magistrada judicial que presidiu à diligência.

A defesa recorreu desta decisão, alegando que o debate deveria ter sido público e que Muammer e restantes arguidos teriam sido vítimas de provocação policial. ■ A.A.M.

## Alegada negligência nos Hospitais da Universidade de Coimbra

# Caso de Paula segue para julgamento

A AUDIÊNCIA preliminar que ontem decorreu no Tribunal Administrativo de Coimbra entre o representante dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) e o de Paula — uma jovem de 27 anos que ficou paralisada e privada da capacidade da fala e visão na sequência de complicações decorrentes de uma colecistectomia (excisão da vesícula biliar) — veio confirmar o que já se supunha.

Gorada a possibilidade de acordo, o caso segue para julgamento, com a família de Paula a acusar a equipa médica dos HUC de negligência, reclamando uma indemnização de 30 mil contos.

O caso remonta a 15 de Julho de 1994, dia em que Paula, então com 22 anos de

idade, foi submetida a uma intervenção cirúrgica através de um método na altura relativamente recente (através de raios laser) e efectuada durante uma aula prática para médicos estagiários. Tendo alta no dia seguinte, Paula veio a ser reinternada quatro dias depois, para ser reoperada em 24 de Julho.

Quarenta e oito horas depois sofreu uma paragem cardíaca e entrou em coma profundo. Cerca de seis meses mais tarde, a doente recuperou algumas funções, mas hoje encontra-se em absoluta dependência dos pais, que tiveram de deixar os empregos para cuidar da filha e dos netos, dois gémeos de nove anos.

Ontem e após várias tentativas de acordo goradas, o

representante dos HUC manteve a tese de que a situação em que se encontra Paula é o resultado de um "acidente" e de um "risco inerente a qualquer intervenção cirúrgica". Também o representante de Paula manteve a posição inicial, exigindo uma indemnização de 30 mil contos.

"Não pretendemos estragar a vida a ninguém, porque sabemos que não é isso que fará com que a Paula volte a ser o que era. Queremos apenas garantir o futuro da nossa filha, já que, quando lhe faltarmos, nenhuma instituição a aceitará a troco da sua reforma, que é de 31.200 escudos", insistiu ontem Isabel Simões, mãe de Paula. O julgamento ainda não tem data marcada. ■ G.B.R.